

QUESTÃO 01.

Antes éramos governados por um rei, lordes e comuns, agora o somos por um general, uma corte marcial e a Câmara dos Comuns; e peço que me digais onde está a diferença.

PANFLETO LEVELLER. In: HILL, Christopher. O mundo de ponta-cabeça. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Considerando-se o contexto no qual o panfleto anterior foi distribuído, a crítica nele contida refere-se ao fato de que

A) os trabalhadores se utilizavam do apoio da Câmara dos Comuns para fazer suas reivindicações ao rei da Inglaterra, Carlos I.

B) a República de Cromwell, ou Protetorado, por seu caráter feudal e anticapitalista, não possuía diferenças em relação aos governos anteriores.

C) a implantação da república na Inglaterra não trouxera mudanças significativas que contribuíssem para o desenvolvimento do capitalismo.

D) as camadas populares, após contribuírem durante a Guerra Civil para a derrota do absolutismo na Inglaterra, foram reprimidas e excluídas na república Puritana.

E) o Parlamento inglês continuou, após a Revolução Puritana, sendo dominado pela Câmara dos Lordes.

QUESTÃO 02

O Iluminismo, chama intelectual que acendeu as labaredas das revoluções liberal-democráticas e socialistas, representa o despertar desta fé: convicção de que a ciência é capaz de desvelar valores universais; crença numa verdade objetiva “libertadora”.

BULCÃO NETO, M.S. Introdução. Sombras do iluminismo. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

Com base no texto, uma explicação para o crescimento do movimento iluminista durante o século XVIII, seria a

A) consolidação das monarquias e estamentos medievais, defendidas pelos intelectuais.

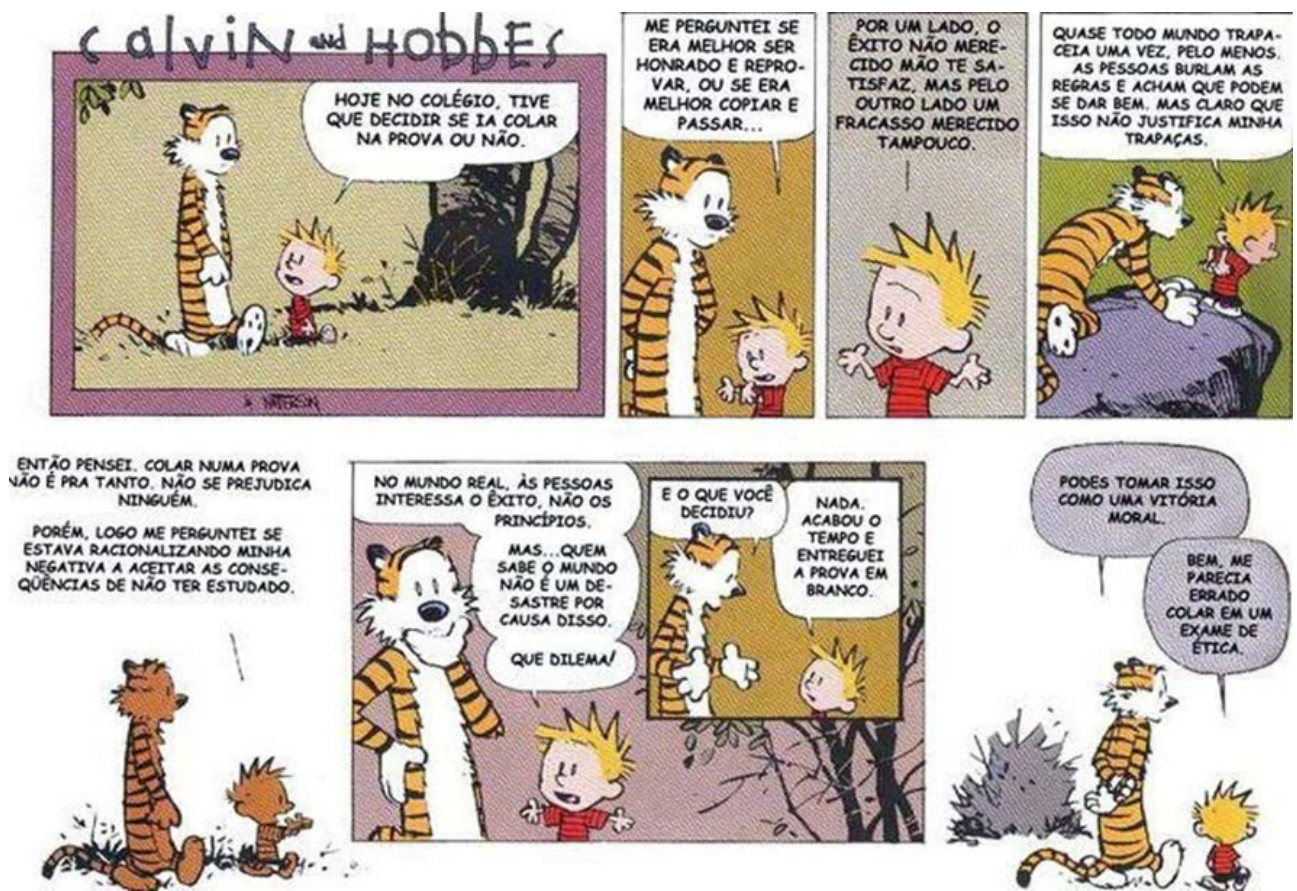
B) crítica aos valores sociais vigentes, como os privilégios e as divisões nobiliárquicas.

C) descrença absoluta nos princípios religiosos, como a fé e a caridade.

D) desvalorização das alternativas liberais, como a livre concorrência e o livre mercado.

E) predominância do discurso científico nas explicações católicas sobre a natureza.

QUESTÃO 03.



Texto II

Nas ações de todos os homens, máxime dos príncipes, onde não há tribunal para recorrer, o que importa é o êxito bom ou mau. Procure, pois, um príncipe, vencer e conservar o Estado. Os meios que empregar serão sempre julgados honrosos e louvados por todos, porque o vulgo é levado pelas aparências e pelos resultados dos fatos consumados.

MAQUIAVEL, N. O Príncipe: escritos políticos. São Paulo: Nova Cultural, 1991. P. 75

Na charge, o dilema vivido por Calvin seria facilmente resolvido por Maquiavel, quando este defende que, na vida política, o mais importante é o(a)

- A) fundamento religioso que norteia a atuação dos governantes.
- B) intencionalidade das atitudes dos governantes.
- C) justiça intrínseca aos efeitos dos governantes.
- D) princípio moral que conduz os atos dos governantes.
- E) resultado das ações dos governantes.

QUESTÃO 04

As tentativas francesas de estabelecimento definitivo no Brasil ocorreram entre a segunda metade do século XVI e a primeira metade do século XVII. As regiões que estiveram sob ocupação francesa foram:

- A) Rio de Janeiro (França Antártica) e Pernambuco (França Equinocial);
- B) Pernambuco (França Antártica) e Santa Catarina (França Equinocial);
- C) Bahia (França Equinocial) e Rio de Janeiro (França Antártica);
- D) Maranhão (França Equinocial) e Rio de Janeiro (França Antártica);
- E) Espírito Santo (França Equinocial) e Rio de Janeiro (França Antártica)..

QUESTÃO 05

Prefiro um capitão trajado de panos grosseiros, mas que sabe pelo que ele está lutando, àqueles a quem chamais de gentis-homens e que disso não passam. Honro um cavaleiro que se comporta como tal. [...] Se escolherdes homens honestos e de bem para capitães de cavalaria, os homens honestos o seguirão.

CROMWELL, Oliver. In: HILL, Christopher. O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

O Exército de Novo Tipo, formado no contexto da Revolução Inglesa, se caracterizava pelo(a)

- A) rejeição aos valores de igualdade em sua organização de autoridades.
- B) distanciamento dos soldados das questões de natureza política.
- C) reconhecimento do mérito individual para a promoção militar.

D) persistência das características militares do período medieval.

E) homogeneidade ideológica entre os membros de seus batalhões.

QUESTÃO 06

Se determinais Deus meu dar estas mesmas terras aos piratas de Holanda, por que não as destes enquanto eram agrestes e incultas, senão agora? Tantos serviços vos tem feito essa gente pervertida e apóstata, que nos mandastes primeiro cá por seus aposentadores, para lhe lavrarmos as terras, para edificarmos as cidades e depois de cultivadas e enriquecidas lhes entregardes? Assim se hão de lograr os hereges, e inimigos da fé, dos trabalhos portugueses e dos suores católicos (...).

VIEIRA, A. Obras completas. Porto: Lello & Irmãos, 1951. v. XIV, p. 315.

Com base no texto e em seus conhecimentos sobre a presença holandesa no Brasil, é correto afirmar que:

A) o domínio holandês no Brasil constituiu o episódio central dos conflitos entre Portugal e Países Baixos pelo controle do açúcar brasileiro, do tráfico de escravos africanos e das especiarias asiáticas.

B) senhores de engenho, escravos e índios converteram-se ao calvinismo e recusaram-se a participar do movimento de expulsão dos holandeses da Bahia e de Pernambuco.

C) a intolerância religiosa holandesa com os católicos, impedindo as tradicionais festas religiosas, procissões e missas, determinou a expulsão dos calvinistas do Brasil.

D) os portugueses renderam-se aos holandeses por acreditarem que os batavos fundariam mais cidades no Brasil.

E) para os portugueses, o domínio holandês no Brasil representou uma disputa religiosa sem implicações políticas e econômicas para Brasil e Portugal.

QUESTÃO 07

Texto I

Contudo, como qualquer sociedade civil não pode existir nem subsistir sem ter em si o poder de preservar a propriedade e, para isso, castigar as ofensas de todos os membros dessa sociedade, haverá sociedade civil somente quando cada um dos membros renunciar ao próprio poder natural, passando-o às mãos da comunidade em todos os casos que não lhe impeçam de recorrer à proteção da lei estabelecida.

LOCKE, J. Segundo Tratado sobre o Governo Civil. In: WEFORTY, F. C (Org.) Os Clássicos da Política. São Paulo: Ática, 1998, v.1

Texto II

O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer 'isto é meu' e encontrou pessoas suficientemente simples para acredita-lo. Quantos crimes, guerras, assassínios, misérias e horrores não pouparia o gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: 'Defendei-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém!'

ROUSSEAU, J. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. In: ROUSSEAU. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

Nos fragmentos dos textos, os posicionamentos em relação ao conceito de sociedade civil se opõem. Isso acontece porque os autores associam, respectivamente, essa noção ao seguinte conjunto de ideias:

- A) Ampliação dos direitos sociais e políticos – contenção da desordem e da violência.
- B) Correção das distorções do estado de natureza – redução da fome e da miséria.
- C) Preservação da propriedade e da ordem – desigualdades sociais e guerras entre os homens.
- D) Redução dos conflitos sociais e da violência – manutenção da lei e da ordem.
- E) Restrição das liberdades e dos direitos naturais – explosão do caos e da barbárie.

QUESTÃO 08

Durante a Idade Moderna, na Europa, a vida econômica, social e política foi marcada

A) pelo liberalismo econômico, pela sociedade estamental de privilégios e pela formação das monarquias nacionais;

B) pelo intervencionismo do Estado na economia, pelos privilégios do clero e da nobreza e pelos Estados Absolutistas;

C) pela acumulação de metais para indicar a riqueza do país, pela divisão em classes sociais e pelo equilíbrio na divisão do poder político em Legislativo, Executivo e Judiciário;

D) pela liberdade de produção e de comércio, pela ampla mobilidade entre as classes sociais e pelos Estados liberais burgueses;

E) pelo controle estatal da economia, pela liberdade de expressão e pelas monarquias absolutistas de direito divino.

QUESTÃO 09

Adam Smith, autor de “A Riqueza das Nações” (1776), referindo-se à produção e à aquisição de riquezas, observou:

“Não é com o ouro ou a prata, mas com o trabalho que toda a riqueza do mundo foi provida na origem, e seu valor, para aqueles que a possuem e desejam trocá-la por novos produtos, é precisamente igual à quantidade de trabalho que permite alguém adquirir ou dominar.”

Os pontos de vista de Adam Smith opõem-se às concepções

A) mercantilistas, que foram aplicadas pelos diversos estados absolutistas europeus.

B) monetaristas, que acompanharam historicamente as economias globalizadas.

C) socialistas, que criticaram a submissão dos trabalhadores aos donos do capital.

D) industrialistas, que consideraram as máquinas o fator de criação de riquezas.

E) liberais, que minimizaram a importância da mão de obra na produção de bens.

QUESTÃO 10

No primeiro século de colonização, a lavoura de cana foi implantada em várias regiões [...] a partir de Olinda a atividade se desdobrou em direção à Paraíba e ao Rio Grande do Norte. Da Bahia, caminhou para Sergipe e Alagoas. De Ilhéus, para Porto Seguro. Do Rio de Janeiro, para Campos dos Goytacazes e, posteriormente, para Minas Gerais – onde se especializou a produção de aguardente e rapadura para os escravos das lavras de ouro, enquanto São Paulo e Espírito Santo, até a segunda metade do século XVIII, conheceram um retrocesso ou fraco crescimento da lavoura da cana.

PRIORE, Mary Del. Histórias da Gente Brasileira – Colônia. São Paulo: Leya editora, 2016. Vol.1

O trecho anterior retrata a disseminação da cana pelo território e associa o seu plantio à(ao)

- A) exclusividade da região nordeste em relação à produção açucareira e aos derivados da cana.
- B) predomínio da matriz africana na escravidão praticada nos engenhos açucareiros coloniais.
- C) variação das finalidades do uso da cana conforme a região onde a plantação era realizada.
- D) sucesso econômico gerado pela produção açucareira às capitanias em que era implantada.
- E) pacto colonial, sendo Portugal parte interessada na lucrativa produção de açúcar no Brasil.

QUESTÃO 11

As invasões holandesas no Brasil, no século XVII, estavam relacionadas à necessidade de os Países Baixos manterem e ampliarem sua hegemonia no comércio do açúcar na Europa, que havia sido interrompido

A) pela política de monopólio comercial da Coroa Portuguesa, reafirmada em represália à mobilização anticolonial dos grandes proprietários de terra.

B) pelos interesses ingleses que dominavam o comércio entre Brasil e Portugal.

C) pela política pombalina, que objetivava desenvolver o beneficiamento do açúcar na própria colônia, com apoio dos ingleses.

D) pelos interesses comerciais dos franceses, que estavam presentes no Maranhão, em relação ao açúcar.

E) pela Guerra de Independência dos Países Baixos contra a Espanha, e seus consequentes reflexos na colônia portuguesa, devido à União Ibérica.

QUESTÃO 12

As representações visuais do rei eram capazes de romper a barreira da comunicação imposta pelo analfabetismo, algumas delas em especial, as estatuas, tinham extrema visibilidade. Fazia-se necessário criar uma mentalidade de aceitação da ideia do casamento místico entre o rei e o reino e de que o poder real vinha de Deus e não do povo. O rei era apresentado como alguém especial, o ungido por Deus, 'imagem viva', 'o representante da majestade divina'; por isso, o povo devia amá-lo e obedecê-lo. Era necessário conquistar a aceitação do povo desse modelo ideal do monarca; objetivava, também, atingir, as classes altas e os estrangeiros até a posteridade.

BURKE, P. A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Zahar, 1994

Durante o Antigo Regime, procurava-se legitimar o poder dos reis por meio

A) da manipulação dos grupos sociais mais pobres e pouco esclarecidos.

B) das habilidades virtuosas cristãs do governante e de seus aliados.

C) da propagação da crença na autoridade divina dos monarcas.

D) do estabelecimento da democracia para garantir o apoio das massas.

E) do pacto social que garantia a escolha dos governantes por meio de eleições.

QUESTÃO 13

Pedro Taques de Almeida, em carta de 20 de março de 1700, classificou-o [o São Francisco] como o rio dos Currais. Antonil calculou para as margens baianas 500 currais, [...] E na banda da parte de Pernambuco, é certo que são mais [...] alcançando um total de 800. Desde o termo da Vila de Penedo (AL) até a divisa das capitanias de Pernambuco e Bahia com Minas Gerais, inúmeros currais, pousos e fazendas de criar se estabeleceram, articulando o mercado interno de abastecimento de carne e couro aos principais núcleos urbanos litorâneos (São Luís, Olinda, Recife e Salvador) e arraiais de mineração.

ARRAES, E. Rio dos currais: paisagem e rede urbana do Rio São Francisco nas capitanias da Bahia e Pernambuco. São Paulo, jul 2013

Apontada pelos clássicos historiadores como uma atividade complementar às demais, como o açúcar e a mineração, o texto indica que a pecuária

- A) foi praticada nos grandes centros urbanos do litoral para atender as vilas e povoados do interior do Brasil.
- B) provocou degradação ambiental em função da criação extensiva voltada para o atendimento do mercado externo.
- C) converteu o couro no produto mais lucrativo entre as atividades econômicas desenvolvidas pela Coroa Portuguesa.
- D) garantiu considerável mobilidade social aos homens pobres da Colônia, igualando-os em importância social aos senhores de engenho.
- E) foi fundamental para o processo de interiorização do processo colonizador, especialmente no Sertão Nordestino.

QUESTÃO 14

O fim último, causa final e desígnio dos homens (que amam naturalmente a liberdade e o domínio sobre os outros), ao introduzir aquela restrição sobre si mesmos sob a qual os vemos viver nos Estados, é o cuidado com sua própria conservação com uma vida mais satisfeita. Quer dizer, o desejo de sair daquela mísera condição de guerra que é a consequência necessária (conforme se mostrou) das paixões naturais dos homens, quando não há um poder visível capaz de os manter em respeito, forçando-os, por medo do castigo, ao cumprimento de seus pactos e ao respeito àquelas leis de natureza.

HOBBS, Thomas (1588-1679). *Leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1986

O príncipe não precisa ser piedoso, fiel, humano, íntegro e religioso, bastando que aparente possuir tais qualidades [...]. O príncipe não deve se desviar do bem, mas deve estar sempre pronto a fazer o mal, se necessário.

MAQUIAVEL, Nicolau (1469-1527). *O Príncipe*. São Paulo: Abril Cultural, 1986.

Os dois fragmentos ilustram visões diferentes do Estado Moderno. É POSSÍVEL afirmar que:

A) Ambos defendem o absolutismo, mas Hobbes vê o Estado como uma forma de proteger os homens de sua própria periculosidade, e Maquiavel preocupa-se em orientar o governante sobre a forma adequada de usar o seu poder.

B) Hobbes defende o absolutismo, por toma-lo como a melhor forma de assegurar a paz, e Maquiavel recusa-o, por não aceitar que um governante deva comportar-se apenas para realizar o bem da sociedade.

C) Ambos rejeitam o absolutismo, por considerarem que ele impede o bem público e a democracia, valores que jamais podem ser sacrificados e que fundamentam a vida em sociedade.

D) Maquiavel defende o absolutismo, por acreditar que os fins positivos das ações dos governantes justificam seus meios violentos, e Hobbes recusa-o, por acreditar que o Estado impede os homens de viverem de maneira harmoniosa.

E) Ambos defendem o absolutismo, mas Maquiavel acredita que o poder deve se concentrar nas mãos de uma só pessoa, e Hobbes insiste na necessidade de a sociedade participar diretamente das decisões do soberano.

QUESTÃO 15

Servem ao senhor de engenho em vários ofícios, além dos escravos de enxada e foice que tem nas fazendas e na moenda, e fora os mulatos e mulatas, e negros e negras de dentro de casa, ou ocupados em outras partes, barqueiros, canoieiros, calafates, carapinas, carreiros, vaqueiros, pastores e pescadores. Tem mais cada senhor destes necessariamente um mestre do açúcar, um banqueiro e um contrabancheiro, um purgador, um caixeiro no engenho e outro na cidade, feitores

nos partidos e roças, um feitor-mor no engenho, e, para o espiritual, um sacerdote seu capelão, e cada qual destes oficiais tem soldada.

ANTONIL, A. J. Cultura e opulência do Brasil – 1771. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997. P.75

O texto destaca as inúmeras atividades existentes dentro de um engenho na América Portuguesa no período colonial, indicando o(a)

- A) existência de um universo social complexo e dotado de hierarquias.
- B) prática de um modelo patriarcal que excluía o uso do trabalho feminino.
- C) exclusividade portuguesa nos ofícios praticados na produção açucareira.
- D) controle rigoroso das relações humanas e de trabalho pelo senhor de engenho.
- E) predomínio da escravidão em todas as escalas produtivas do fabrico do açúcar.

QUESTÃO 16

O fim último, causa final e desígnio dos homens (que amam naturalmente a liberdade e o domínio sobre os outros), ao introduzir aquela restrição sobre si mesmos sob a qual os vemos viver nos Estados, é o cuidado com sua própria conservação e com uma vida mais satisfeita. Quer dizer, o desejo de sair daquela mísera condição de guerra que é a consequência necessária (conforme se mostrou) das paixões naturais dos homens, quando não há um poder visível capaz de os manter em respeito, forçando-os, por medo do castigo, ao cumprimento de seus pactos e ao respeito àquelas leis de natureza.

(Thomas Hobbes (1588-1679). *Leviatã*. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1979.)

Com base na análise histórica do comportamento humano antes do aparecimento do Estado, Hobbes define o homem como um ser dotado de

- A) egoísmo e ambição, de modo que o estado deveria existir para por um freio nesses apetites destrutivos.
- B) poderes e mecanismos de segurança para se proteger dos ataques de seus inimigos.
- C) princípios de bondade e solidariedade, vivendo em um estado de natureza e podendo exercer seus direitos naturais.
- D) virtude e conhecimentos para enfrentar as vicissitudes da vida em sociedade.
- E) vontade nata e simplicidade para manter relações harmoniosas com seus correligionários.

QUESTÃO 17

Iluminismo é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento. A preguiça e a covardia são as causas pelas quais uma tão grande parte dos homens, depois que a natureza de há muito os libertou de uma condição estranha, continuem, no entanto, de bom grado menores durante toda a vida.

KANT, I. Resposta à pergunta: o que é esclarecimento? Petrópolis: Vozes, 1985 (adaptado).

Kant destaca no texto o conceito de Iluminismo, fundamental para a compreensão do contexto filosófico da Modernidade. Iluminismo, no sentido empregado por Kant, representa

- A) a reivindicação de autonomia da capacidade racional como expressão da maioridade.
- B) o exercício da racionalidade como pressuposto menor diante das verdades eternas.
- C) a imposição de verdades matemáticas, com caráter objetivo, de forma heterônoma.
- D) a compreensão de verdades religiosas que libertam o homem da falta de entendimento.
- E) a emancipação da subjetividade humana de ideologias produzidas pela própria razão.

QUESTÃO 18

Nenhuma mercadoria será importada ou exportada dos países, ilhas, plantações ou territórios pertencentes a Sua Majestade, na Ásia, na América ou na África, noutros navios senão nos que sem nenhuma fraude pertencem a súditos ingleses, irlandeses ou gauleses, ou ainda a habitantes desses países, ilhas, plantações e territórios comandados por um capitão inglês e tripulados por uma equipagem com três quartos de ingleses[...].

Ato de Navegação (1651) Disponível em: tudotemhistoria.blogspot.com. Acesso em 08.mar.2017. Fragmento adaptado.

O texto apresenta uma medida adotada por Oliver Cromwell na Inglaterra, durante o processo da Revolução Inglesa do século XVII, que tinha como objetivo o(a):

- A) consolidação da Revolução Industrial.

- B) garantia da fuga dos refugiados religiosos.
- C) vitória do Parlamento durante a Revolução.
- D) fortalecimento da atividade marítima inglesa.
- E) integração entre a Metrópole e as 13 Colônias.

QUESTÃO 19

O mercantilismo não é, efetivamente, uma política econômica que vise ao bem-estar social, como se diria hoje; visa ao desenvolvimento nacional a todo custo. Toda forma de estímulo é legitimada, a intervenção do Estado deve criar as condições de lucratividade para as empresas poderem exportar excedentes ao máximo.

NOVAIS, Fernando. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808). 2. Ed. São Paulo: Hucitec, 1981.

O texto trata do objetivo central da política econômica do mercantilismo presente nos Estados absolutistas. A prática econômica diretamente associada a esse objetivo visava garantir o

- A) desenvolvimento manufatureiro por meio do estímulo às importações;
- B) estabelecimento de uma balança comercial favorável por meio da exploração colonial;
- C) fortalecimento da frota naval para exportar metais preciosos;
- D) intervencionismo estatal pelo crescimento da oferta de trabalho;
- E) protecionismo alfandegário pelo aumento da produção agrícola.

QUESTÃO 20

Que homem nessa casa tem legitimidade para me julgar, para julgar o homem a quem Deus confiou a confiança de governá-los?

CARLOS I, rei da Inglaterra, em seu julgamento no parlamento Inglês, 1649.

Com a frase anterior, o rei Carlos I procurava reafirmar o estatuto de seu poder político, questionando no bojo da cisão político-social da Revolução Inglesa. Tendo em vista esse contexto, pode-se considerar que as palavras do Rei se encaixam em um modelo político

- A) Déspota esclarecido.
- B) Tirânico-autoritário.

C) Absolutista, baseado no direito divino.

D) Monárquico-parlamentarista.

E) Aristocrático-oligárquico.